

ATA DA 4ª REUNIÃO

Conselho Estadual das Cidades

Comissão Temática de Planejamento e Gestão Territorial Urbana

Data: 16/10/2012

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP), localizada na Avenida Nossa Senhora da Penha, 714 /11º andar, Ed. RS Trade Tower, Praia do Canto, Vitória.

Pauta: Seguir com os encaminhamentos da reunião anterior

Discussões

1. A coordenadora da Comissão, Sra. Maria Ruth Paste, procedeu à abertura da reunião. Quanto à capacitação dos conselheiros municipais, a coordenadora está tentando contatar a pedagoga da ESESP.

Quanto à vinculação do repasse de recursos do Estado, a coordenadora afirmou ser necessário investigar quais são os recursos que podem ser vinculados e como pode ser a vinculação. Além disso, observando o levantamento acerca da política urbana municipal, devemos nos questionar sobre a capacidade dos municípios em desenvolver os instrumentos necessários à gestão da política urbana, em especial o Plano Diretor Municipal (PDM).

2. Segundo a assessora Ana Carolina, o estabelecimento de critérios para o repasse de recursos vai esbarrar, principalmente, na dificuldade dos municípios em implementarem os instrumentos de política urbana existentes, e não em seu desenvolvimento em si. Portanto, os critérios estabelecidos acabarão, mais cedo ou mais tarde, refletindo a capacidade do Estado em prestar apoio aos municípios quanto à implementação dos instrumentos da política urbana.
3. Para o correto entendimento das implicações, inclusive jurídicas, do estabelecimento de critérios para a vinculação de recursos, Maria Ruth observou a necessidade de criarmos uma pauta ordenada para discussão com um corpo técnico especializado.

Com o objetivo principal de entender o que pode e o que não pode ser vinculado, sugeriu um bate-papo com os seguintes convidados: representante do Ministério Público; Aduino Beato, administrador e mestre em desenvolvimento urbano, representando o IJSN; e Edinaldo Ferraz, conhecedor das questões jurídicas do repasse de recursos com vasto conhecimento e experiência na área pública.

Para que a vinculação fosse eficaz, seguiu a coordenadora, seria necessário capacitar os próprios servidores estaduais, envolvidos no repasse de recursos, de forma a clarear os benefícios da aplicação contínua dos instrumentos urbanos, fortalecendo a gestão pública e propiciando, assim, o desenvolvimento desejado.

4. Segundo a assessora Mariana, para evitar a penalização dos municípios que não possuem capacidade técnica para atender às exigências estaduais para o repasse

de recursos, seria necessária a criação de incentivos, podendo ser criado, inclusive, um programa específico para a qualificação e auxílio aos mesmos.

5. Quanto ao mapeamento das informações referentes aos conselhos municipais de política urbana, Ruth observou que os municípios que não são obrigados a elaborar o PDM não devem ser incluídos no grupo daqueles que não possuem ou não responderam.
6. Todos os membros da comissão decidiram por convidar os senhores Adauto e Edinaldo para uma primeira conversa quanto à vinculação do repasse de recursos.
7. Os conselheiros levantaram questionamento quanto à criação de um fundo de desenvolvimento urbano que seria gerido pelo ConCidades. Desta maneira, o conselho poderia buscar fundos para o desenvolvimento de estudos e ações definidas pelo mesmo.
8. Com relação ao fundo, Ruth sugeriu a leitura dos decretos de criação do COMDEVIT e do CONDEMA para que possamos entender como foi o estabelecimento do fundo pelo primeiro e como o segundo galgou a condição de regulador através de suas resoluções.
9. Para a próxima reunião do plenário do ConCidades, ficou estabelecido como pauta da comissão a consulta ao plenário quanto à instituição do curso de capacitação dos conselhos.

Encaminhamentos

1. A Secretaria Geral deverá solicitar a correção do mapeamento das informações referentes aos conselhos municipais de política urbana.
2. A coordenadora Ruth se responsabilizou por convidar os senhores Adauto e Edinaldo a participarem da próxima reunião da Comissão Temática de Planejamento.
3. Todos os conselheiros se responsabilizaram por estudar os decretos de criação do COMDEVIT e do CONDEMA, que deverão ser disponibilizados pela Secretaria Geral.

Presentes

Wellington Fornaciari

Membro Titular
*Associação dos Municípios do Estado do
Espírito Santo - AMUNES*

Maria Ruth Paste

Membro titular
Coordenadora da Comissão
*Secretaria de Estado de Transporte e Obras
Públicas - SETOP*

Ana Carolina dos Santos Machado

Assessoria - Secretaria Geral do ConCidades

Mariana Menezes Vieira de Miranda

Assessoria - Secretaria Geral do ConCidades